

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FERNANDO VELOSO DA SILVA JÚNIOR

Uma análise das políticas de industrialização no Brasil e na Coréia do Sul: O programa de Substituição de Importações e o Sistema Nacional de Inovação.

Campos dos Goytacazes – RJ

2018

FERNANDO VELOSO DA SILVA JÚNIOR

Uma análise das políticas de industrialização no Brasil e na Coréia do Sul: O programa de Substituição de Importações e o Sistema Nacional de Inovação.

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional – ESR da Universidade Federal Fluminense (UFF) como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador (a): Prof^o Dr^o Felipe Santos Tostes

Orientador: Prof. Dr. Felipe Santos Tostes

Campos dos Goytacazes
2018

FERNANDO VELOSO DA SILVA JÚNIOR

Uma análise das políticas de industrialização no Brasil e na Coréia do Sul: O programa de Substituição de Importações e o Sistema Nacional de Inovação.

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional – ESR da Universidade Federal Fluminense (UFF) como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador (a): Prof^o Dr^o Felipe Santos Tostes

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Felipe Santos Tostes - Orientador
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Roberto Cezar Rosendo Saraiva da Silva
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Vanuza da Silva Pereira
Universidade Federal Fluminense

Ficha catalográfica automática - SDC/BUCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

J95a Júnior, Fernando Veloso da Silva
Uma análise das políticas de industrialização no Brasil e na Coréia do Sul : O programa de Substituição de Importações e o Sistema Nacional de Inovação. / Fernando Veloso da Silva Júnior ; Felipe Santos Tostes, orientador. Campos dos Goytacazes, 2018.
40 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes, 2018.

1. Desenvolvimento Industrial. 2. Schumpeter. 3. Tecnologia. 4. Produção intelectual. I. Tostes, Felipe Santos, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD -

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado forças em todo o tempo.

Aos meus familiares pelo apoio e suporte nos momentos difíceis.

À universidade juntamente com todo o corpo docente por ter sido fonte de conhecimento e crescimento, me fornecendo estrutura para me introduzir no mercado de trabalho.

À minha namorada pela compreensão em minhas ausências.

Ao meu orientador, que me ajudou a encontrar fontes de pesquisa e caminhos para solucionar os problemas levantados no trabalho.

Às pessoas que me ajudaram diretamente ou indiretamente no decorrer do curso.

RESUMO

Este trabalho comparou os modelos de desenvolvimento industrial dos governos do Brasil e da Coréia do Sul e os resultados obtidos por ambos os países. Foi realizada a exposição do pensamento de Schumpeter a respeito da importância da inovação no processo de desenvolvimento de uma economia capitalista, e como a criação e difusão deste novo tipo de conhecimento é fundamental no processo de industrialização. Foi feita a análise dos principais mecanismos utilizados pelo governo sul coreano afim de conseguir a criação de conhecimento tecnológico, e posteriormente os resultados obtidos pelo modelo de desenvolvimento utilizado. Também foi avaliado o modelo utilizado pelos governos brasileiros no período militar, e quais foram os resultados econômicos obtidos por este. Ao final foi feita a comparação entre os resultados obtidos tendo em vista a utilização dos dois modelos, e buscando compreender o motivo do sucesso coreano e do fracasso brasileiro.

Palavras-chave: Desenvolvimento Industrial; Schumpeter; Tecnologia.

ABSTRACT

This paper compared the industrial development models of the governments of Brazil and South Korea and the results obtained by both countries. The presentation of Schumpeter's thinking about the importance of innovation in the process of development of a capitalist economy was carried out, and how the creation and diffusion of this new type of knowledge is fundamental in the process of industrialization. An analysis was made of the main mechanisms used by the South Korean government to achieve the creation of technological knowledge, and later the results obtained by the development model used. It was also evaluated the model used by the Brazilian governments in the military period, and what were the economic results obtained by it. Finally, a comparison was made between the results obtained in view of the use of the two models, and trying to understand the reason for the Korean success and the Brazilian failure.

Keywords: Industrial Development; Schumpeter; Technology.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. O Empreendedorismo e o Sistema Nacional de Inovação	10
3. O Desenvolvimento da Coréia do Sul	12
4. O Plano de Substituição de Importações no Brasil	18
4.1 O I PND	23
4.2 O II PND.....	25
4.3 CRITICAS AO II PND	30
4.4 O FIM DO II PND.....	33
5 Conclusão.....	35

1. INTRODUÇÃO

O trabalho fala a respeito do Programa de Substituição de Importações (PSI) e do Sistema Nacional de Inovações (SNI). O PSI consiste em um processo que visa elevar a participação da indústria nacional na oferta de bens para atender a demanda interna da economia, conseqüentemente diminuindo a necessidade de importações. O SNI consiste em uma série de mecanismos institucionais e nacionais que podem proporcionar o desenvolvimento industrial em um país, usando como exemplo o crescimento industrial sul-coreano em comparação com o do Brasil.

A Coreia do Sul iniciou seu processo de desenvolvimento industrial nos anos de 1960, através de um série com foco na promoção do setor destinado a produção de bens primários (manufatura leve), visando a exportação. A partir dos anos de 1970 o país passou a se dedicar a produção de manufatura pesada, tendo como um importante fator neste processo a ação das famílias empresarias. Já no Brasil em meados dos anos de 1960 o país passou a utilizar o programa de substituição de importações (PSI), dedicando primeiramente a manufatura leve, visando atender a sua elevada demanda interna. O país viveu um período de crescimento, impulsionado principalmente pelo governo através das empresas estatais, porém com a crise do petróleo em meados dos anos de 1970 o país teve seu desenvolvimento interrompido, o fato de ter de importar os bens de capital (manufatura pesada) para dar continuidade ao processo fez com que o país adquirisse empréstimos, o que gerou um quadro de alto endividamento, causando desequilíbrio no balanço de pagamentos.

Por muito tempo entendeu-se desenvolvimento como algo dependente apenas de variáveis como produção e consumo, porém após a Segunda Guerra Mundial passou-se a adicionar outros elementos que estão fora da esfera econômica. Atualmente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento divulga um relatório para o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com base em três pilares (Saúde, Educação e Renda) que são medidos da seguinte forma: uma vida longa e saudável (Saúde); expectativa de vida ao nascer, o acesso ao conhecimento (Educação), média de anos de estudo (adultos) e anos esperados de escolaridade (crianças), um padrão de vida recente (Renda) medido pela renda nacional bruta baseado na paridade do poder de compra (PPC) por habitante. De acordo com o ranking do IDH divulgado por essa associação a Coreia do Sul ocupa o 17º lugar em desenvolvimento enquanto o Brasil ocupa o 75º.

Apesar de ambos os países contarem com a forte participação do Estado na organização do processo o fato de o Brasil não estar aberto a competição externa gerou um desenvolvimento frágil, ao contrário da Coreia do Sul, onde a industrialização se preparou para a abertura comercial fortalecendo as principais bases como a educacional, industrial e de qualidade de vida, e onde as atividades das indústrias eram otimizadas visando a competição com empresas estrangeiras.

O Sistema Nacional de Inovações é o modelo de desenvolvimento onde diferentes instituições relacionam-se entre si, sendo planejado ou não, havendo surgimento e troca de conhecimento e crescimento industrial. Entre as instituições que constituem o SNI, três se destacam como as principais: o Estado, que atua como promotor de um ambiente que torne possível o desenvolvimento industrial; universidades e instituições de pesquisa, que criaram e difundirão conhecimento técnico; e as empresas nacionais, que colocam o conhecimento em prática gerando o crescimento do setor.

De acordo com Chang (2004), todos os países que passaram pelo processo de industrialização tiveram intervenção estatal, no que diz respeito da manutenção e até mesmo da orientação do processo, tendo sido este o modelo adotado pela Coreia do Sul. Sendo assim a hipótese liberal de que a industrialização pode ocorrer apenas por via do livre mercado é falsa, ou minimamente não possui evidência factual. De acordo com o economista sul-coreano, o acordo de Breton Wood, onde foi estabelecido o Consenso de Washington, orienta os países em desenvolvimento a uma falsa esperança de desenvolvimento através do livre mercado. A razão pela qual os países desenvolvidos defendem esta hipótese está ligada a ideia de garantir que os países não industrializados não possam se desenvolver, mantemos em uma situação mais confortável com menor competição.

Para ser tornar um país desenvolvido, o Brasil deverá usar algumas práticas econômicas que foram usadas pelos países atualmente desenvolvidos no passado, como a Coreia do Sul, e que hoje são consideradas políticas ruins. São exemplos destas políticas: proteção tarifária, subsídio a indústria, financiamento de aquisição de tecnologia estrangeira, programas de investimento público, apoio financeiro estatal à pesquisa, desenvolvimento e educação e mecanismos institucionais que facilitem participações público privadas.

Apesar do PSI não ter sido uma política liberal, muito pelo contrário, as ações foram voltadas para atender a demanda do mercado interno, esquecendo-se de atender a demanda externa, que ajudaria a manter o equilíbrio do balanço de pagamentos. Neste caso, o SNI apresenta-se então como uma alternativa intermediária, que não demanda uma estrutura estatal muito grande, mas também não abre mão completamente do papel que as políticas econômicas possuem no processo de desenvolvimento do país.

2. O EMPREENDEDORISMO E O SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO

Com a revolução industrial, a demanda por inovações tecnológicas e por conhecimento, houve a necessidade da ação empreendedora, ao buscar inovação e construir uma estrutura onde é possível o surgimento da inovação.

Para Schumpeter (1982) o empreendedor é o agente mais importante dentro do sistema capitalista, pois é através dele que surgem as inovações no sistema produtivo, e com isso o alavancamento de toda a economia. Em sua teoria, ele afirmava que é inerente à economia capitalista o desequilíbrio, pois os empresários assumiam uma postura ativa dentro da concorrência de mercado, e não uma postura passiva em que procuravam se adequar ao mercado, havendo assim uma tendência ao equilíbrio. Os empresários devido a competição buscam a inovação tecnológica ou organizacional como forma de superar os empresários concorrentes, o que faz com que estas empresas aumentem sua significância no mercado e gera conseqüentemente a perda de mercado ou destruição das empresas que não inovam, o que é chamado por Schumpeter de destruição criadora. As empresas inovadoras assim teriam poder de *mark-up* para elevarem os preços de seus novos produtos, o que geraria efeitos inflacionários. Porém, a medida que novas empresas passam a utilizar processos produtivos similares ao da empresa inovadora, os preços tendem a cair.

Para Schumpeter (1982), o fluxo circular da economia não gera crescimento econômico substancial, pois mesmo que haja inovações no processo produtivo, todas estas são absorvidas pelos agentes, e todas as mudanças acabam se tornando previsíveis, pois são nada mais que adaptações rotineiras, aperfeiçoamentos, o que não causará impacto substancial no mercado. Para ele as inovações tecnológicas que causam mudanças na normalidade do fluxo circular, são aquelas que não podem ser previstas ex-

ante. As inovações não advêm das demandas dos consumidores e se dá pela vontade do empresário, em criar ao novo.

As inovações geram desequilíbrio no fluxo circular, gerando um *boom* econômico com o novo produto posto e no mercado, e uma queda, logo após o produto se difundir e ser copiado por outros empresários, gerando redução dos preços, e queda do crescimento econômico.

Assim, o empresário tem um papel fundamental para as inovações no ambiente industrial, porém para fazê-las esta precisa de recursos financeiros. Para Schumpeter (1982) os empresários obtêm crédito nos bancos, os quais serão pagos com os lucros obtidos com o investimento.

Porém, dentro do sistema capitalista oligopolista mediante a centralização do processo de inovação, que passa a ser feito pelas próprias empresas oligopolistas, o empreendedor tem sua atividade dificultada em vista da desproporcionalidade da competição. A inovação, segundo Freeman e Perez (1981), só pode ser conseguida através de um ambiente empreendedor, um sistema em que haja desenvolvimento e circulação de conhecimento entre organizações, onde se faz necessário o um sistema institucional que possibilite e solidifique esta relação de cooperação entre as organizações.

O Sistema nacional de Inovação (SNI) pode ser definido como uma construção institucional, produto de uma ação planejada ou de um conjunto de reações não planejadas e desarticuladas que impulsionam o desenvolvimento tecnológico em economias capitalistas. O sistema envolve principalmente firmas, instituições governamentais, universidades e institutos de pesquisa (de Conto e Antunes Jr., 2013).

Nesse sistema, as empresas fazem uso da capacidade tecnológica obtida através de diferentes atores, o que só é possível por meio de uma atividade empreendedora. As empresas inovadoras buscam um ambiente que seja propício a cooperação entre empresas, vínculos entre empresas e universidades e centros de pesquisa, um sistema normativo de estímulo e propensão a atividade empreendedora, financiamentos a empresas inovadoras, e a criação de políticas macroeconômicas que criem um ambiente propício ao empreendedorismo.

Os sistemas de inovações diferem entre si de acordo com as necessidades dos países que os executam. Na primeira categoria estão os países que estão na fronteira no desenvolvimento tecnológicos. Nestes países o SNI é maduro, e há o desenvolvimento de

novas tecnologias. Na segunda categoria estão os países onde o desenvolvimento de novas tecnologias é baixo, porém há um enfoque na difusão de novas tecnologias e na criação de tecnologias incrementais a estes dentro de seus territórios, tendo toda a característica de não serem países de território continental. Na terceira categoria estão os países que não conseguiram implantar o SNI com sucesso.

3. O DESENVOLVIMENTO DA CORÉIA DO SUL

A Coréia do Sul, até os anos de 1960, possuía uma economia baseada na agricultura. Recém saída de uma guerra em sua fronteira com o país vizinho, a Coréia do Norte, o país se encontrava em extrema miséria tendo tido 25% de sua riqueza nacional destruída, e 5% de sua população civil morta no conflito.

Em 1961, assumiu o governo o presidente Park Chung Hee através de um golpe militar. A partir daí surge no país uma nova elite desenvolvimentista e o Estado passa a se tornar motor do desenvolvimento industrial do país. A partir de 1962, são colocadas em prática diversas políticas de incentivo ao desenvolvimento industrial no país, denominadas planos quinquenais. No primeiro plano quinquenal (1962-1967) o governo teve como meta gerar aumento no investimento na indústria manufatureira leve (sobretudo a indústria têxtil), procurando promover a substituição de importações. O principal objetivo era a diminuição da dependência externa e promover na Coréia do Sul uma estrutura econômica estabilizada. Para alavancar o plano, o governo estatizou bancos, visando oferecer crédito às industriais, utilizou incentivos fiscais como maneira de promover o aumento do investimento, e desvalorizou o câmbio, tendo como objetivo estimular a exportação.

Faz-se importante ressaltar que o modelo de industrialização “para fora” da Coréia do Sul não era a expectativa inicial dos seus criadores, pois diferente de países como Cingapura e Hong Kong, em que a falta de recursos levou-os a buscar o aumento da exportação desde o início da industrialização, na Coréia do Sul esse modelo tomou forma na medida em que surgiam restrições à continuidade do crescimento econômico. Devido a insuficiente poupança interna, o país teve de recorrer ao investimento do capital externo para instalar as indústrias de substituição de importação, como indústrias de consumo básico, como a de cimento, fibras sintéticas e refino de óleo, e como as indústrias de bens

de consumo leve, como a de alimentação e vestuário; investimento esse que era atraído por isenções fiscais e pela mão de obra barata. Ao final do plano a economia coreana havia apresentado um crescimento médio anual de 8,5% entre 1962-1966.

A reorientação do modelo coreano ocorreu sob nítida influência da experiência japonesa no pós-guerra. A proximidade geográfica e o forte vínculo histórico entre esses dois países do leste asiático, assim como o espetacular desenvolvimento japonês, exerceram uma forte influência na definição da estratégia de desenvolvimento sul-coreano, principalmente após meados da década de 60 quando as relações entre esses dois países foram normalizadas. No Japão, o processo de industrialização, orientado inicialmente no pós-guerra para o atendimento da demanda doméstica, vai, gradualmente, sendo redirecionado ao mercado externo. A Coreia do Sul, com uma defasagem de aproximadamente 10 anos, segue uma trajetória semelhante, que se reflete tanto nas altas taxas de crescimento como também nas mudanças na estrutura industrial ocorrida a partir da década de 60 (Blumenthal e Lee, 1985 *apud* Dall'Acqua, 1991). A similaridade estende-se também aos mecanismos utilizados para implementar o modelo exportador nos dois países. Em ambos os casos, o redirecionamento econômico foi impulsionado através de uma forte intervenção estatal operacionalizada por meio de planos de desenvolvimento econômico que mostravam ao setor privado a direção na qual o governo queria que a economia se movesse.

Segundo Medeiros e Serrano (1999), não é possível explicar a modernização sul-coreana sem levar em conta o acesso privilegiado ao mercado e capital norte-americanos que a posição estratégica (no contexto da Guerra Fria) da Coreia do Sul ensejava. Entre outros “privilégios”, os autores destacam: a abertura unilateral do mercado norte-americano; manutenção de taxas de câmbio favoráveis aos aliados na “luta contra o comunismo”; tolerância para com o protecionismo; missões de ajuda técnica e forte estímulo à expansão das multinacionais norte-americanas.

A administração sul-coreana foi capaz de promover aproveitamento das oportunidades ofertadas pelo contexto geopolítico da época. Um exemplo disso foi o desenvolvimento de conglomerados que recebiam amplo benefício das políticas implementadas: os Chaebols. Como os Konzern alemães e os Keiretsu japoneses, os Chaebols sul-coreanos eram parte integral da estratégia desenvolvimentista dos Estados do bloco-capitalista. Formados por meio de empreendimentos que se concentravam na elite sul-coreana, esses enclaves capitalizavam os benefícios do contexto geopolítico uma

vez que se beneficiavam da criação de um amplo mercado externo – liderado pelos EUA para as exportações sul-coreanas e vasto acesso ao financiamento internacional. Assim, para Medeiros e Serrano (1999), a partir dos anos 1960 a Coreia do Sul (aqui também poderíamos incluir Taiwan) segue, através de agressiva política industrial e comercial, o caminho originalmente percorrido pelo Japão, penetrando no mercado dos EUA com produtos industriais de baixo valor unitário (inicialmente, têxteis).

No segundo plano quinquenal (1967-1971), a meta de estimular o crescimento das manufaturas leves foi mantida. Além disso, foram feitos investimentos em infraestrutura, tendo grande importância as altas taxas de poupança doméstica. Também houve crescimento do mercado interno, impulsionado pelo crescimento da economia e pelas barreiras tarifárias impostas à importação. O aumento da importação, porém era algo que fatalmente ocorria, visto que com o aumento das indústrias de manufatura leve fazia-se necessário importar bens oriundos da indústria pesada.

O crescimento destes setores pesados requeria altas taxas de formação de capital, financiadas por poupança doméstica ou por capital externo – essa dependência financeira permitiu ao governo um método potencialmente poderoso de guiar a atividade econômica, controlando o crédito de investidores externos às firmas coreanas e agindo como garantia desse crédito. O poder de controlar quais firmas receberia crédito estrangeiro foi empregado como ferramenta de política industrial e foi utilizado de forma extensiva nos anos 70, quando as empresas coreanas passaram a investir em atividades altamente intensivas em capital. Esse crescimento alavancou a poupança nacional de praticamente zero em 1960 para 20% do PIB em 1970, permitindo que uma crescente fração da formação de capital fosse financiada domesticamente. A Coreia do Sul se transformou em uma das nações com a mais alta poupança do mundo, diminuindo sua dependência financeira e permitindo que os setores que recebiam investimentos fossem determinados pelo governo, sem influência de credores estrangeiros. Tal período de crescimento é conhecido como “milagre do rio Han” e ocorreu devido à habilidade do governo de, desde 1963, aplicar e modificar adequadamente suas estratégias econômicas nos diferentes períodos.

No terceiro plano quinquenal (1972-1976) a meta do governo estava baseada na estruturação da indústria pesada. Contando com a liderança dos grandes conglomerados familiares, o plano utilizou políticas de estímulo às indústrias do setor siderúrgico e petroquímico e forneceu as bases para o crescimento da indústria automobilística e do

setor de bens de capital por encomenda, como o naval, o de maquinaria elétrica, e o de equipamentos. A elevada demanda por capital exigiria um esforço adicional de endividamento e, com isso, o governo cria o Fundo Nacional de Investimento, que captou recursos dos bancos e os oferecia a taxa de juros muito baixa (graças a subsídios orçamentários). A indústria química e petroquímica recebeu especial atenção no início do terceiro plano. O esforço de investimentos na construção da base pesada da indústria persistiu ao longo do 4º Plano Quinquenal (1977-1981), onde apesar da crise no final dos anos 70, foram criadas novas alternativas para prosseguir com o desenvolvimento.

No fim da década de 70, o processo de industrialização, no que se refere ao setor de indústria pesada, estava terminado. Três consequências, relevantes, desse esforço devem ser destacadas: 1) a dívida externa cresceu expressivamente; 2) aumentou muito a dependência de petróleo importado, como resultado da prioridade concedida ao desenvolvimento da indústria petroquímica e do simultâneo crescimento da frota de veículos; 3) aumentaram também as exportações (Borba, 2014 *apud* Bacic, 2011).

O governo da Coreia do Sul procedeu, em dezembro de 1980, a uma série de fusões de instituições científicas, reduzindo o número delas de 19 para 13, com o objetivo de criar massa crítica para a promoção das atividades da C&T, dando melhor aproveitamento aos recursos de que dispunha o país. Alguns meses depois lançou o quinto Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1982-86), com forte orientação para as atividades de C&T. Nessa linha foi criado em 1984 o Conselho de Ciência e Tecnologia, órgão superior de coordenação e monitoramento das diferentes repartições na área de C&T.

O quinto plano quinquenal (1982-1986) propõe uma mudança estrutural no modelo de desenvolvimento sul-coreano, dando ênfase na ação social, na redução da dependência externa, no aumento da eficiência econômica e na priorização no impulsionamento de indústrias denominadas *Intensive Technology Industry*, entre elas a de informática, maquinaria de precisão e eletrônica sofisticada (TV, micro-ondas etc.).

O governo sul-coreano, visando o aumento da competitividade e da eficiência econômica optou por liberalizar a economia. Assim o papel do Estado na economia foi revisto, e em 1986 foi criada uma nova legislação industrial que limitava a ação do governo dentro do processo de desenvolvimento industrial. Entre as determinações dessa nova legislação estavam a de que setores industriais não podem alcançar competitividade internacional de imediato.

A liberalização também abrangeu o comércio externo e o investimento estrangeiro. Foram diminuídas as restrições às importações e impulsionou-se a diminuição da tarifa média nominal, que saltou de 24% em 1983 para 13% em 1988. Quanto ao investimento estrangeiro foram extintas as restrições à repatriação de capital (retorno de capital investido no exterior) e à entrada de capital estrangeiro na economia doméstica. Com isso, houve um aumento do investimento estrangeiro direto, saltando de uma média de US\$ 130 milhões entre 1980-1983 para US\$ 665 milhões no período entre 1986-1988.

Finalmente, para fomentar a competição entre as empresas domésticas, promoveu-se uma nova legislação comercial e antimonopólio e simplificaram-se os regulamentos que regem as atividades do setor privado (Mahnle, 1987 *apud* Dall'Acqua, 1991). Reduziram-se também as barreiras à entrada no mercado financeiro e facilitaram-se a diversificação e a modernização dos serviços pelos intermediários financeiros. Essas medidas foram acompanhadas por um desinvestimento governamental na participação acionária dos principais bancos nacionais e um abrandamento das restrições ao capital estrangeiro no mercado financeiro (KOO e NAM, 1989 *apud* DALL'ACQUA, 1991).

Apesar da reforma liberal realizada no modelo de industrialização da Coreia do Sul, a transformação da economia se deu quando o modelo exportador já estava estabelecido dentro da estrutura econômica e o ajustamento da economia a crise dos anos de 1980 já havia sido feito. Assim, o liberalismo implantado nesse período não foi criado para orientar o país para um modelo econômico exportador, e também não foi criado como uma forma de realizar um ajuste econômico devido à crise externa. Com o constante surgimento de inovações a economia avança e se sobrepõe aos limites do tempo presente, ou seja, maior do que a simples realocação dos recursos disponíveis (MASIERO, 2002).

No sexto plano quinquenal, o foco principal do governo foram as indústrias de alta tecnologia, sobre o setor de tecnologia da informação. Nesse período houve grande incentivo do governo a setores como o de telecomunicações, computadores e micro-ondas. Esse plano foi semelhante ao anterior, porém houve maior ênfase na redução dos incentivos fiscais, na diminuição dos empréstimos estrangeiros, na privatização de empresas e na realização de um controle monetário indireto. Ao fim do plano, como resultado das políticas implementadas, a Coreia do Sul passou a produzir mais da metade das memórias RAM consumidas no mundo, e passou a produzir 40% da produção mundial de navios.

Em 1991 a Coréia do Sul passou a ser reconhecida como nação pela ONU. Com a eleição do presidente Kim Young Sam, este descido dar continuidade ao processo de desenvolvimento coreano, e coloca em prática o sétimo plano quinquenal de desenvolvimento (1992-1996) que tinha como prioridades a promover uma economia eficiente e saudável, inovar a administração e estabelecer um trabalho correto e ético. O governo enfatizava a reorganização da educação e promoção de treinamento profissional, expansão da infraestrutura e eficiência no transporte, administração eficiente, organização industrial e reforço das pequenas e médias empresas, melhorias na estrutura agrícola, restabelecimento das funções do governo, expansão da abertura econômica, preparação para a unificação e promoção da cooperação norte-sul (MASIERO, 2002).

Esse plano, porém, acabou sendo interrompido no segundo em 1993 e foi colocado em seu lugar o plano quinquenal da nova economia (1993-1997), que tinha como meta principal promover a elevação da Coréia do Sul à posição de país desenvolvido até o final de 1997. Foram colocadas metas como a desregulamentação do setor financeiro, a abertura econômica e a fomentação de investimento direto externo.

Entre 1990-1997 as principais metas do governo era promover a abertura de mercados e o equilíbrio na balança de pagamentos. A partir dos anos de 1990 o governo passa se utilizar dos investimentos externos diretos (IDE) como meios de promoção de industrialização no país. Segundo António e Marques (2009), A política de crescimento da Coréia passou de um desenvolvimento assente em endividamento externo, para um desenvolvimento com base na captação de IDE a partir da década de 90.

Em relação ao comportamento da taxa de crescimento da economia sul-coreana nota-se que no início dos anos 90 a país cresceu 9,71%. A década de 90, para a Coréia do Sul, é marcada pela produção e alto valor agregado, melhora da tecnologia e, conseqüente, aumento significativo da taxa de crescimento. Com a crise financeira mundial dos anos 1998 há uma brusca queda do crescimento da economia sul-coreana, mas que é rapidamente recuperado no ano seguinte, alcançando novo pico histórico de 10,73% de crescimento. É possível notar que a inflação acompanhou esse crescimento, porém de forma controlada.

Nesse novo sistema, que possuía uma especialização flexível, renovam-se as formas de organização da produção e de relacionamento entre as firmas, e entre patrões e operários. O funcionamento do sistema apoia-se em contínua inovação do produto e do processo produtivo; alta qualidade do produto e rapidez da sua entrega; economias de

oportunidade, aglomeração e colaboração. O preço torna-se relativamente menos importante e a localização da produção deixa de ser determinada pelos velhos fatores de transporte e custos para ceder à influência das relações de cooperação entre vendedores e clientes, e à qualidade da força-de-trabalho (OLIVEIRA, 1993).

4. O PLANO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES NO BRASIL

De acordo com Prebisch (1949), os países desenvolvidos não transferiam seus aumentos de produtividade para os países subdesenvolvidos. Além disso, se apropriavam dos modestos incrementos de produtividade destes últimos, de modo que havia uma relação desigual entre os preços dos produtos manufaturados do centro e os preços dos produtos primários da periferia em favor dos primeiros, caracterizando-se como um intercâmbio desigual. O principal argumento de Prebisch era de que, com o passar do tempo, o aumento da oferta de produtos primários faria com os preços destes produtos tivessem uma tendência de queda, enquanto que preços dos produtos industriais apresentavam uma tendência de aumento.

Para acabar com esse mecanismo, os países subdesenvolvidos implementaram o programa de substituição de importações (PSI). Este modelo é criado durante a crise de 1929, onde o ambiente econômico internacional estava em colapso e a importação de bens primários era restrita devido ao estrangulamento externo. Com isso, houve expansão da demanda por bens produzidos internamente. Como estrangulamento externo entende-se a queda da capacidade de importar de um país, ou um aumento da capacidade, porém menor que o aumento do produto agregado da economia, havendo aumento da demanda por importações a um nível maior do que o país poderia importar, gerando inflação de demanda.

Os dois primeiros anos da década de 1930 foram os mais difíceis; em 1933, mesmo com o estrangulamento externo, a economia começava a se recuperar, sob a liderança do setor industrial, que cresceu 11,2% anuais entre 1933-1939, enquanto a agricultura alcançava pouco mais de 2% entre 1934-1937, para uma taxa média da economia, neste último período, de 6,5% ao ano. Embora os ramos tradicionais, como alimentos, têxtil e bebidas representassem de 70% a 80% do valor agregado industrial, sendo setores de grande importância da economia nacional, os segmentos industriais que mais cresceram

entre 1933-1939 — conquanto muitas vezes partisse de uma base pequena, o que torna qualquer crescimento percentualmente expressivo — foram os de papel e papelão, metalúrgica e minerais não metálicos, enquanto entre 1932-1937 a produção física de ferro gusa aumentava 240%, a de aço em lingotes 123% e a de laminados 142%.

De acordo com Tavares (1972), a capacidade de importar de um país é determinada pela quantidade de produtos que este país exporta, pelo preço cobrado pelos produtos exportados, e pelo preço pago pelos produtos que eram provenientes de importação. Nota-se no que se refere na introdução do modelo de substituição de importações em países subdesenvolvidos, que a crise econômica teve um papel fundamental para que este modelo tenha sido levado em curso, pois devido ao estrangulamento externo, recorreu-se ao PSI.

O mundo neste período enfrentava uma crise financeira, gerada pela crise americana, o que resultou em um aumento do quantum das importações, visto o aumento dos índices inflacionários em decorrência da crise, e uma diminuição das importações. O nível de incerteza gerado pela desestabilização do equilíbrio no balanço de pagamentos inibe os investidores estrangeiros de fazerem empréstimos no país. Isso acaba por tornar necessária uma alternativa interna aos problemas de dificuldade de obtenção de recursos e bens outrora obtidos por via internacional. A esse fenômeno é dado o nome de choques adversos, onde a substituição de importações é gerada pelo estrangulamento externo.

O início do processo de industrialização por substituição de importações no Brasil ocorre então como resultado de uma crise externa provocada pela deterioração dos termos de trocas e pela queda na capacidade de importação, sendo que a principal dificuldade para o avanço deste processo residiu no fato de que, ao mesmo tempo em que as importações foram substituídas por produção nacional, foram sendo criadas novas necessidades de importações qualitativamente distintas, obrigando a realização de novas rodadas de substituição. De acordo com Castro e Souza (1985), o modelo de substituição de importações adotado por países da América Latina tinha como base a produção de bens duráveis. Uma das metas do modelo era promover a diversificação do aparelho produtivo, dando foco a última fase da produção. Com isso, fazia-se necessário às indústrias recorrer a importação de peças e matérias primas, a fim de manter suas atividades produtivas em operação.

Com a crise de 29, o quanto exportado, e o preço recebido por este apresentaram queda. Como solução ao problema os governos dos países afetados realizaram políticas

de controle do câmbio e de aumento das tarifas alfandegárias, a fim de reduzir o volume de importações, e compensar os desequilíbrios na balança de pagamentos. Isso resultou no encarecimento das importações, estimulando o avanço do processo de substituição de importações. Outro ponto a favorável ao crescimento do país era de que este já possuía uma estrutura industrial considerável e um crescente mercado interno.

No Brasil, o crescimento industrial alcançado nos primeiros anos do PSI pela política de compra e queima dos estoques pelo governo, resultando na manutenção da renda dos cafeicultores e, por conseguinte, do nível de demanda interna, o que acabou estimulando o uso da capacidade ociosa das indústrias e deu início a substituição de importações de bens leves de consumo manufaturados (Furtado, 1997). Neste período, o crescimento do setor industrial, e o desenvolvimento do processo de urbanização das cidades, tornaram necessária a construção de uma infraestrutura, elevando a demanda por energia elétrica, transportes, e construção civil. Ocorreu então a construção de estradas, permitindo que a produção pudesse ser escoada do ambiente rural para o meio urbano.

No período, da Segunda Guerra Mundial, houve uma dificuldade para importar, devido ao estrangulamento externo gerado pelo conflito, o que permitiu o avanço da substituição de importações, porém fez surgir um novo obstáculo ao crescimento, relacionado ao aumento da demanda por bens de capital, e a inviabilidade de se obter esses bens através de importação. Isso levou a redução do crescimento industrial do país em relação ao período anterior, havendo crescimento de 5,3% ao ano em média. (Mattei e Santos Jr., 2009). Neste período foi construída a siderúrgica de Volta Redonda, financiada, em parte, pelos Estados Unidos, além de outras indústrias relacionadas ao setor de insumos industriais, como a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Nacional de Álcalis, todas estas estatais.

Do período entre 1945 e 1955 houve desenvolvimento do setor industrial brasileiro, passando este a ser o setor mais dinâmico da economia nacional. Para tanto, foi de fundamental importância a política cambial adotada pelo governo que priorizou as importações de máquinas, equipamentos e matérias-primas para a indústria. Deste modo, o crescimento médio anual da produção industrial entre 1946 e 1955 foi de 8,5% (BRESSER PEREIRA, 1985 *apud* MATTEI e SANTOS Jr., 2009).

Na década de 50, a substituição de importações de bens primários, e a diversificação da indústria, anteriormente inteiramente baseada na produção de tecidos e alimentos; havia sido completada. No entanto, ainda havia dependência da importação de

máquinas e equipamentos por parte das indústrias, sendo que as divisas necessárias para a realização das importações provinham do setor exportador, o que tornava a economia do país vulnerável a estrangulamentos externos. Com isso, devido a uma piora nas condições externas em 1954, o governo recorreu a utilização de projetos desenvolvimentistas que tinham como objetivo o impulsionar o desenvolvimento de uma industrialização que ocorreria de maneira integrada entre os atores do ambiente produtivo. E assim fazer crescer a produção de bens de capital e bens de consumo duráveis no país. Para a realização dos projetos foi necessária a captação de investimentos estrangeiros, sendo eles ocorrendo diretamente na produção e na instalação de empresas multinacionais no país; é o Estado que assumia agora a tarefa de planejador e organizador central do projeto desenvolvimentista em questão, centralizando a direção do processo (MATTEI e SANTOS Jr., 2009).

No Brasil, o projeto desenvolvimentista foi chamado de Plano de Metas e teve vigência de 1956 até 1961. Os setores industriais consolidados após este plano foram os de bens de consumo duráveis, insumos intermediários, além das indústrias de base. Já a política econômica durante a vigência do plano foi expansiva e a taxa anual média de crescimento da produção industrial foi de 11% (Serra, 1982). Porém este crescimento veio acompanhado por um conjunto de contradições. A taxa média anual de inflação entre 1955 e 1960 foi de 28%, e entre 1960 e 1965, foi de 62% (Bulmer-Tomas, 1998), caracterizando-se o período do Plano de Metas como um período de crescimento com inflação. Além disso, verificaram-se altos índices de concentração regional e de renda, ficando a indústria dinâmica concentrada na região Sudeste do país e a renda concentrada nas mãos dos grandes capitalistas industriais, na classe média dos principais centros urbanos e na parcela mais qualificada dos assalariados empregada nas indústrias mais dinâmicas de origem multinacional e estatal.

Após o Plano de Metas, o Brasil passou por um período de estabilização da economia, o que forneceu para o país as bases necessárias para o crescimento econômico que ocorreria até a década de 70. Neste período, o governo forneceu subsídios e de incentivos fiscais, afim de estimular o crescimento do setor exportador na economia. Neste período o governo realizou uma série de reformas institucionais afim de criar um ambiente que permitisse um crescimento industrial no futuro. A maior destas reformas foi a redução dos salários reais, que favoreceu a acumulação de capital pela indústria,

onde é registrada uma taxa média de crescimento industrial anual de 12,7% entre 1968 e 1973 (MATTEI e SANTOS Jr., 2009).

Além disso, segundo Lago (1989),

“a política econômica do governo que tomou posse em 1967 assumiu uma estratégia geral sustentada, basicamente, na busca do crescimento econômico através do aumento dos investimentos em setores diversificados; na diminuição do papel do setor público e no estímulo a um maior crescimento do setor privado; nos incentivos à expansão do comércio exterior; e na elevada prioridade de aumento da oferta de emprego”. Na reforma tributária o governo brasileiro logrou aumentar sua arrecadação, permitindo um incremento mais racional das concessões de incentivos fiscais e subsídios aos setores considerados estratégicos. Já a reforma financeira criou os fundos de poupança compulsória (PIS, PASEP, FGTS) e ampliou o crédito para o consumo, recuperando parte da demanda reprimida dos anos de crise.”

Foi particularmente notável neste período a expansão do crédito (ao consumidor e à agricultura); a destinação de recursos para a construção civil; o elevado nível de dispêndio, por parte do governo, com investimentos em infraestrutura; o endividamento das empresas estatais; e a manutenção dos mecanismos de correção monetária (Lago, 1989).

O aumento da concentração econômica no período em questão fez com que a classe média, que possuía livre acesso ao crédito, eleva-se sua demanda por bens de consumo duráveis, o que levou à indústria automobilística a um aumento da escala de produção. Quanto ao setor exportador, este apresentou aumento significativo quanto a sua importância na economia, apresentando aumento durante a década de 60, crescendo de uma receita de 28,4 milhões em 1960, para 420,5 milhões de dólares em 1970 (Mattei e Santos Jr., 2009).

4.1 O I PND

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) foi criado em 15 de novembro de 1971 e tinha como objeto transformar o Brasil em país desenvolvido, modificando a estrutura produtiva nacional, e tornando o país autossuficiente. Pretendia elevar a taxa de investimento bruto para 19% ao ano, dando prioridade a programas estratégicos de investimento como siderúrgico, petroquímico, logística, e energia elétrica, e energia nuclear.

No dia 15 de setembro de 1971 o Congresso recebeu junto com a proposta do Orçamento plurianual de Investimentos o I Plano Nacional de Desenvolvimento. O I PND tinha como objetivos colocar o país no período de uma geração entre os países desenvolvidos; duplicar a renda per capita do país até 1980; aumentar o PIB de 222,8 bilhões em 1972 para 314,5 bilhões em 1974 (baseando-se nos preços de 1972); realizar investimentos para o desenvolvimento dos setores de siderurgia, transporte, construção naval, petroquímica, mineração, e energia elétrica; expandir o mercado e a poupança interna através de recursos fornecidos pelo PIS e pelo PASEP; aumento da taxa de investimento bruto de 17% em 1970 para 19% em 1974; e realizar investimentos em políticas sociais na agricultura, educação, saneamento básico e em incremento as pesquisas relacionadas a desenvolvimento tecnocientífico. O objetivo era de que as taxas anuais de crescimento do PIB se mantivessem entre 8 e 10%, que a taxa de aumento do nível desemprego estivesse em 3,2%, que a taxa de redução da inflação se reduzisse a 10%.

Também seria necessário que o crescimento econômico do país não trouxesse melhorias apenas para os grandes centros, mas sim atendesse as mais diferentes demandas regionais e sociais; e que o cenário político de mantivesse estável.

O I PND ocorreu durante o período do Milagre Econômico. E devido ao ambiente externo favorável teve seus principais projetos obtendo considerável sucesso.

Os projetos de desenvolvimento do I PND seriam completados como PIN (Programa de Integração Nacional), que tinha como objetivos a construção da rodovia transamazônica e o povoamento de regiões que se estendiam ao longo da rodovia; aumentar em 40 mil o número de áreas irrigadas no Nordeste e dar 70 mil títulos de propriedade para trabalhadores sem-terra (MATOS, 2002).

De acordo com Matos (2002), ao fim do período entre 1972 e 1974, houve grande sucesso do I PND, principalmente na área econômica. Porém, o mesmo não ocorreu no que diz respeito aos programas sociais idealizados. Apenas 5761 hectares de terra foram irrigados do Nordeste, bem abaixo da meta de 40 mil. No programa de saneamento básico, onde se tinha por objetivo fornecer o serviço a cinco milhões pessoas, apenas 500 mil foram atendidas. Ocorreu também crescimento no setor industrial, para este crescimento estava ligado ao setor de produção de bens, o que resultou num aumento das importações. E quanto a inflação, para a qual foi estabelecida a meta de se fixar em 10% a.a, está chegou aos 35%

De acordo com Holanda (1983), havia a esperança de que este plano viesse a influenciar na institucionalização de um sistema integrado de planejamento. De acordo com o relatório de acompanhamento do plano em 1972 apenas 19 das 34 metas mais importantes estabelecidas pelo I PND estavam entre 90 e 99% de realização e seis estavam a um nível de execução menor que 80%.

O I PND se desenvolveu baseado principalmente da indústria de bens duráveis, sobretudo no setor automobilístico. O plano se desenvolveu acompanhado de elevadas pressões inflacionárias, e aumento do desequilíbrio externo e das desigualdades regionais. Contudo o país foi o único na América Latina a manter um alto crescimento nesse período, realizando a substituição de importações com maiores níveis de integração entre indústrias.

Assim, em 1973, com o choque do petróleo, o cenário da economia mundial começa a se tornar não favorável para as economias em desenvolvimento, havendo redução no volume de investimentos, o que engessa o crescimento industrial e econômico do país.

Durante o período entre os anos de 1967 e 1973, a dívida externa líquida duplicou, indo de 3.17 para 6.1 bilhões de dólares. O endividamento neste período era fruto do aumento da liquidez internacional em virtude da oferta de eurodólares. Os empréstimos efetuados tinham como finalidade financiar os déficits comerciais decorrentes do intenso volume das importações de matérias-primas e de máquinas necessárias à fabricação interna dos bens de consumo (MATOS, 2002).

No final de 1973, os preços do petróleo aumentaram em quatro vezes, fazendo-se necessária a restrição da política de déficits comerciais financiados pelo endividamento

externo. Contudo, ainda neste período de dificuldades geradas pelo momento ruim do ambiente econômico internacional, o governo militar resolve por criar uma nova estratégia para a substituição de importações tendo como foco os setores produtores de bens de capital e de insumos básicos para a indústria. Assim foi criado o II PND, em meio a sucessivos déficits comerciais: só em 1974 o montante deste déficit foi de 4.6 bilhões de dólares e a dívida externa bruta se elevou em quase 50%.

4.2 O II PND

O rápido crescimento econômico ao longo do “Milagre Brasileiro” (1968-1973), com a ocupação de toda capacidade ociosa (o que caracteriza uma situação de pleno emprego), levou ao aparecimento de alguns desequilíbrios, que gerariam pressões inflacionárias e/ou problemas na balança comercial. A manutenção do ciclo expansionista dependeria cada vez mais de uma situação externa favorável. Esta situação foi rompida pela crise internacional desencadeada pelo primeiro choque do petróleo em outubro de 1973, quando os países membros da OPEP quadruplicaram o preço do barril de petróleo. Este fato inusitado abalou a economia mundial e brasileira. Em poucos meses o preço subiu de três para cerca de doze dólares o barril, no mercado internacional. O combustível básico que movimentava a economia mundial desde o início do século XX deixava de ser barato e abundante (GREMAUD, VASCONCELOS e TONETO, 2005 apud MATOS, 2002).

A economia brasileira vinha em crescimento durante o período do chamado milagre econômico. O ambiente internacional favorável beneficiava as transações internacionais, e como isso o país pôde manter seu projeto de desenvolvimento.

Com a crise energética mundial em 1973, onde os países árabes produtores de petróleo resolveram por elevar os preços do insumo, vários países que dependiam da importação do produto sentiram os efeitos do encarecimento dos custos de produção. O Brasil importava cerca de dois terços do petróleo consumido em seu território, porém após a crise do petróleo, os preços do produto na balança comercial subiram de R\$ 718 milhões em 1973 para R\$ 2,8 bilhões em 1974. Devido à confortável quadro econômico do período anterior, havia elevada demanda por importações e por consumo interno, somando isso à queda nas exportações, o país entrava agora em um quadro de

desequilíbrio (déficit) da balança de pagamentos, de cerca de U\$ 4,7 bilhões. Apesar da taxa de inflação em época estar em um patamar baixo, cerca de 15,5%, o aumento do preço do petróleo poderia levar o país a uma delicada situação de crise inflacionária (RINALDI, 2013).

Com isto percebe-se que direta e indiretamente a crise energética deixa o país em difícil situação em relação a suas contas externas que, caso os déficits em sua balança permitissem, ou mesmo aumentassem junto com um projetado aumento no consumo nacional de petróleo e derivados, o país poderia enfrentar problemas de solvência externa caso um forte ajuste recessivo não fosse implementado ou de alguma forma a balança comercial não sofresse uma expressiva mudança estrutural (VELLOSO, 1986). Em segundo lugar o choque de custos representado pelo aumento do preço do petróleo, que somente na gasolina representou no ano de 1974 um aumento de 100%.

Assim, estes países recorreram a políticas de austeridade, e ao aumento dos preços dos produtos exportáveis a fim de compensar os custos da produção. O que tornou difícil aos países em desenvolvimento importar bens de capital, gerando uma estagnação no crescimento econômico visto que todo bem de capital utilizado em suas indústrias provinha de importação. No caso brasileiro, além da dificuldade em se obter financiamento externo, o setor industrial via um novo obstáculo ao seu crescimento com o encarecimento dos preços do carvão, petróleo, aço, produtos petroquímicos, fertilizantes e produtos de fabricação industrial, além de bens de capital, que eram vitais para o desenvolvimento do setor. Esta situação levou as contas nacionais a um quadro de déficit na balança de pagamentos em transações correntes da ordem de U\$ 4,7 bilhões, e ao aumento da inflação que passou de 15,6% em 1973 para 32,5% em 1974. A entrada de recursos não compensou o déficit na balança de pagamentos, o que gerou evasão de divisas (BRUM, 1989).

Dáí surgem duas alternativas, a de seguir o caminho da utilização de políticas de controle de gastos, visando um ajustamento, buscando desacelerar a demanda interna, diminuindo os gastos públicos, e buscando se proteger dos choques externos, a fim de se proteger do risco de tensões inflacionárias. A segunda opção seria a de recorrer ao financiamento para manter o processo de desenvolvimento do setor industrial, assim como conseguir reestabelecer a oferta no mercado interno e reconduzir os preços relativos à sua normalidade (BRAGA, 2008).

O choque do petróleo significava transferência de recursos reais ao exterior e, com a existência de um hiato potencial de divisas, a manutenção do mesmo nível de investimento, trazia a necessidade de maior sacrifício do consumo, e para alcançar as mesmas taxas do período anterior, teria sido necessária uma maior taxa de crescimento. Neste contexto percebe-se que as condições de crescimento haviam se estreitado, e a tendência natural da economia seria a desaceleração da expansão (MATOS, 2005 apud GREMAUD, VASCONCELOS e TONETO, 2002).

Surge então a ideia de um novo modelo desenvolvimentista, que seria uma opção ao ajustamento e ao financiamento, tendo como objetivo manter o ritmo de crescimento do período do milagre econômico, sendo baseado na substituição de importações de bens de capital e de insumos básicos; e que teria como meta mudar a estrutura produtiva no Brasil, aproveitando-se da elevada liquidez no mercado internacional, a este plano deu-se o nome de II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento).

O objetivo do II PND seria transformar o estado em estado-empresário, realizando investimentos em empresas estatais, afim de que estas aumentassem a produção e oferta de insumos, isso estimularia as empresas do ramo privado a entrar no mercado de produção de bens de capital, a fim de atender as novas demandas do ambiente produtivo. Também foram dados pelo governo diversos benefícios as empresas privadas que se enveredassem pelo mercado de bens de capital como crédito do IPI sobre compra de equipamentos, isenção de impostos sobre importações, a realização de políticas de preços benéficas ao setor industrial, entre outras (BRAGA, 2008).

As principais metas do II PND seriam manter o ritmo de crescimento a uma taxa de 8 a 10%, e mudar a estrutura do setor produtivo, afim obter autonomia para a economia nacional. O plano então tinha como fundamento uma mudança estrutural que reduziria a dependência do país do mercado externo, o tornando menos frágil a períodos de crise, e de recessão na economia internacional. Outro setor que seria vital para a estratégia nacional-desenvolvimentista era o setor energético. Com a descoberta da Bacia de Campos, houve aumento dos lucros da Petrobras, o que serviu de alento ao país em meio a crise do Petróleo. Surge daí a ideia de aumentar os investimentos na empresa Estatal, dando a esta liberdade para alterar os preços da *commoditie* para obter financiamento, visto que o preço do petróleo havia subido em 100%; a fim de aumentar a produção de petróleo no Brasil e conquistar maior autonomia para o país em relação ao insumo. Houve também investimentos na construção de hidroelétricas, tendo sua capacidade ampliada

em 60 %, onde o objetivo seria de aumentar a produção e exportação de bens que necessitam de grande quantidade de energia em sua fabricação.

Também houve incentivo na ampliação da produção de álcool, tendo-se como objetivo mudar a matriz energética nacional, fornecendo o principal substituto do petróleo, o etanol. Daí criou-se a Proálcool (Programa Nacional de Álcool) que tinha como objetivo auxiliar na substituição da gasolina pelo álcool combustível, aumentando a produção de etanol, através da extração da biomassa da cana de açúcar. Houve expansão da oferta de crédito e subsídios para agricultores e industriais dedicados a esta modalidade (BRAGA, 2008).

O uso de etanol foi incorporado no ramo automobilístico, a fim de se reduzir a dependência do petróleo. A introdução de forma efetiva e rápida do carro a álcool, com a produção de etanol no país que passou de 2,3 bilhões de litros em 1978, quando os investimentos feitos no II PND começaram a surtir efeito e a frota nacional começou a ter participação efetiva de carros movidos a etanol, para 9,3 bilhões de litros, em 1984 quando o processo já estava maduro (VELLOSO, 1986).

Também seria realizado o investimento em energia nuclear a fim de tornar o Brasil independente na utilização deste recurso. Foi realizado então um acordo bilateral de troca de conhecimento a respeito da obtenção do combustível nuclear com a Alemanha, tendo como o objetivo o controle da energia termonuclear (mais barata em comparação com outras formas de energia) para utilização do setor produtivo.

A primeira diretriz seria executada através de três principais linhas de ação: primeiro, a atuação no sentido de aumentar a oferta interna de petróleo através um programa maciço de prospecção e de produção, permitindo elevar os investimentos. A segunda linha de ação diz respeito à diversificação das fontes internas de energia, e à substituição do petróleo por outras fontes, como o álcool, carvão (para fins industriais, principalmente). A terceira linha orientou-se no sentido de reduzir a demanda de petróleo, diretamente (principalmente para fins não industriais), evitando-se o desperdício. Para isso seriam adotadas algumas medidas como limitação de funcionamento dos postos de gasolina, maior tributação sobre lanchas de passeio, punição a ônibus ou caminhões de motor desregulado, estímulos aos veículos com melhor rendimento de combustível, etc. (BRAGA, 2008).

Também tinha como objetivo incorporar as empresas do ambiente privado ao projeto de desenvolvimento econômico nacional, a fim de torná-las as empresas com maior importância para a economia do país, obtendo assim maior autonomia, reduzindo a importância das multinacionais. A fim de incentivar a iniciativa privada a o governo forneceria financiamentos as empresas por meio BNDE e CDI.

Quanto as mudanças regionais e sociais um plano também previa uma redistribuição das terras cultiváveis, e a distribuição do setor industrial para além das grandes metrópoles, a fim de promover o desenvolvimento nas regiões fora do eixo Rio-São Paulo-Belo Horizonte. Seriam dados incentivos fiscais a qualquer indústria que se estabelecesse nas regiões Sul-Nordeste, assim como financiamentos e investimentos estatais a fim de alavancar o desenvolvimento nestas regiões; além de orientação visando a exploração do potencial de cada localidade específica, atentando para as qualidades e problemas de cada região a fim de se criar um desenvolvimento particular. Também se comprometia a realizar uma reforma salarial buscando uma maior qualidade entre os salários. Também propunha uma reforma na área de transportes, abandonando a ideia de logística baseada em rodovias, e tendo como meta a criação de hidrovias e ferrovias, pois possuíam menor custo. Durante o período de execução do plano foram construídas a Ferrovia do Aço, o Projeto de Carajás e o II Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia. (RINALDI, 2013).

Em suma, destacam-se as metas de insumos baixos e substituição de energia. Previa-se uma mudança para o setor de transportes com maior incentivo para ferrovias e hidrovias. E completava-se também expectativas otimistas para o setor de bens de capital, em que se esperava redução na participação das importações de 52% para 40% além de gerar excedente exportável em torno de U\$ 20 milhões (MATOS, 2002 apud GREMAUD, VASCONCELOS, TORNETO, 2005).

O país, como citado anteriormente, embora já tivesse atingido um considerável grau de industrialização, ainda tinha limitações nos setores mencionados acima o que deixava a estrutura produtiva nacional vulnerável, altamente dependente da importação de bens de capital e de maiores volumes de petróleo para suprir suas novas necessidades energéticas como citado por Castro e Souza (1985) bem como de outros bens intermediários. Dado isto, o Brasil necessitaria de completar sua industrialização de forma a diminuir a dependência de insumos para o seu processo produtivo, aumentar sua capacidade de exportação de produtos com alto valor agregado, melhorando assim seus

termos de troca e fazendo frente às necessidades de importação equilibrando a balança comercial. Em relação a energia, a criação de superávits comerciais atacaria o problema do aumento do peso do petróleo na pauta de importações brasileiras ao mesmo tempo em que uma nova política energética que diminuísse a dependência do país da importação de petróleo seria desenhada com o estímulo a produção doméstica e utilização de outras fontes de energia na matriz brasileira como o etanol. Com isto o Brasil se propunha a trilhar um audacioso, caminho que, porém, se bem-sucedido conseguiria atingir o objetivo de “levar adiante o desenvolvimento em meio à crise e ao estrangulamento externo, através da reestruturação do aparelho produtivo” (CASTRO e SOUZA, 1985).

O II PND havia sido constituído a partir de uma perspectiva otimista sobre o quadro econômico internacional. Acreditava-se que o país teria um aumento de 40% do PIB em todo o decorrer do plano, sendo maior que U\$100 bilhões em 1977; com crescimento de 3,5% a.a no nível de emprego relacionado a uma população economicamente ativa de cerca de 40 milhões em 1980. Haveria também um aumento na produção industrial de 76%, sobretudo no setor relacionado a manufatura. Quanto às previsões a respeito das exportações, essas aumentariam em cerca de 150% com uma remessa de U\$ 20 bilhões em 1979. O II PND não era um plano de industrialização voltado para fora, ou seja, a estratégia nacional era muito mais voltada ao atendimento a demanda interna, onde a exportações de produtos serviriam apenas como forma de se obter divisas afim de obter financiamentos. Segundo Velloso (1986):

“O Brasil, como os Estados Unidos, a URSS e a China é um dos poucos países privilegiados que possuem economias continentais de grande população, que podem ter um grande processo de desenvolvimento relativamente autônomo, isto é, em muita grande parte nos seus próprios recursos e no seu mercado interior”.

4.3 CRITICAS AO II PND

De acordo com Tavares (1999) o II PND não conseguiu obter sucesso em suas principais metas. De acordo com a autora, o crescimento ocorrido em 1984 teria sido fruto da melhoria da situação econômica mundial, com a alavancada dos Estados Unidos, a valorização do dólar e desvalorização do real. O país de beneficiou do crescimento da

economia americana, visto que em 1980, aquele aumentou sua exportação de produtos brasileiros 50% comparando-se com o ano anterior.

De acordo com Tavares (1999) o governo não conseguiu realizar uma mudança estrutural no ambiente produtivo nacional, mas apenas uma mudança paliativa. Ainda segundo a autora, isto ocorreu devido ao fato de governo não ter conseguido como havia prometido unir esfera privada, capital financeira e empresas estatais em um único projeto de desenvolvimento nacional. Isto ocorreu devido ao fato de os conglomerados financeiros existentes na época não aderiram ao projeto desenvolvimentista, ao invés disto, aplicaram seu capital no mercado especulativo. Assim, não houve união dos três principais agentes geradores de desenvolvimento, como a havia acontecido em diversos outros exemplos de desenvolvimento econômico ao redor do mundo. Outro erro do estado foi não ter conseguido estruturar as empresas estatais em geral, a fim de criar mercados monopolistas para estas empresas ligadas ao governo, o que segundo ela seria muito importante para a estratégia. Como exceção está a Petrobras, onde tanto o capital industrial privado, quando o capital financeiro quanto o governo se uniram em torno da empresa, o que explica o seu relativo sucesso no período.

O aparente sucesso do plano se deu devido ao pano de fundo originado deste ter sido implementado durante o milagre econômico, onde a melhoria da economia internacional trouxe consigo o aumento nos investimentos no setor industrial. Outro insucesso do plano foi o fato de que a criação de um setor direcionado a produção de bens de capital, a fim de obter autonomia ao desenvolvimento econômico nacional, não foi realizado.

O setor teria ficado em demasia dependente das encomendas governamentais e não sequer estruturado para uma reversão cíclica, cabendo ao capital multinacional, que se encontrava em maior peso no Brasil a produção ou importação de equipamentos seriados contando ainda com forte dependência de capital internacional, ou seja, o contrário do que se desejava dentro do governo. Isto ocorreu dentre outros aspectos negativos do plano devido a debilidade na articulação da indústria nacional pesada com o governo, o BNDE e as empresas estatais (TAVARES, 1999).

Assim, o projeto governamental de crescimento industrial do país não ocorreu, visto que o governo utilizou apenas a estrutura da capacidade ociosa remanescente do período do Milagre Econômico, havendo apenas ampliação da dívida externa, que atingiu níveis nunca antes alcançados, como pode ser visto abaixo na tabela 1.

Tabela 1 - Identificadores de endividamento Externo (1968-1982)

Ano	Deficit Transações Correntes/ PIB (%)	Deficit Transações Correntes Exportações (%)	Dívida Externa / PIB (%)	Dívida Externa/ Exportações (%)	Juros Líquido /Exportações (%)	Necessidade Global Financiament o Externo (US\$Milhões)	NFG E/ PIB (%)	NFGE/ Reserv as (%)	Juros Brutos + Amortiza ções US\$Milh ões
1968	1,49	27,01	11,07	200,96	7,66	992	2,91	386,44	638
1969	0,75	12,16	11,78	190,55	7,88	774	2,07	118,08	697
1970	1,32	20,52	12,44	193,33	8,54	1234	2,90	103,96	956
1971	2,66	45,08	16,85	285,25	10,40	2159	4,39	125,30	1194
1972	2,53	37,23	19,51	287,24	9,00	2688	4,58	64,26	1691
1973	2,01	27,23	17,67	239,66	8,29	3360	4,00	52,38	2513
1974	6,45	89,58	18,15	251,95	8,13	9043	8,19	171,62	3284
1975	5,16	77,28	19,34	289,69	17,28	8872	6,83	219,61	4035
1976	3,93	59,41	20,88	317,38	17,87	9004	5,85	137,59	5078
1977	2,28	33,31	21,41	313,12	17,26	8098	4,57	111,60	6522
1978	3,47	55,22	25,94	412,27	21,30	12314	6,12	103,52	8668
1979	4,81	70,46	24,97	366,06	27,46	17126	7,66	176,76	11733
1980	5,39	63,61	27,02	319,11	31,35	17817	7,49	257,74	12467
1981	4,54	50,38	28,61	317,53	39,33	17976	6,95	239,46	16547
1982	6,01	80,84	31,45	422,82	56,27	23262	8,58	582,43	19503

Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos da base de dados do IPEA.

De acordo com Dimsky uma crise econômica não é provocada apenas pela subestimação de riscos feita pelos credores e devedores em períodos de expansão, mas também do crescimento econômico e das desigualdades regionais e o saldo do balanço de pagamentos desta economia. (DIMSKY, 1998)

Segundo Dymski (1998), o sucesso de uma economia não está baseado apenas não maneira como esta se relacionada com os ciclos econômicos, mas também de como esta

age frente a um modelo de economia aberta, estas exposta a desequilíbrios externos, mudança cambial e crises no mercado financeiro. Segundo o autor o processo de aumento da fragilidade que ocorre no momento da expansão econômica é ampliado frente a uma economia aberta visto que os fluxos internacionais levam o país a um quadro de aumento dos preços dos portfólios em relação a produção de ativos reais. Segundo ele existem duas fontes de fragilidade para uma economia especializada, sendo estas o endividamento ocorrido em função do entusiasmo em períodos de expansão econômica, onde o crescimento da dívida reduz a expansão econômica; e o superaquecimento no mercado de títulos. Os financiamentos vindos de investidores estrangeiros, levam o país a um quadro de redução da autonomia, visto que muitas vezes frente uma crise econômica, estes investidores podem por decidir retirar seu capital do país e levar a outro, o que agravaria ainda mais a situação do país, havendo fuga de divisas, dificultando as operações de importação, levando o país a uma maior crise. A ampliação do endividamento externo assim, além de conter o crescimento do país devido a obrigatoriedade do pagamento de dívidas, também restringe sua autonomia, visto que este tem que manter a economia em um quadro aos investidores estrangeiros (DIMSKY. 1998).

4.4 O FIM DO II PND

Após o fim do II PND o país se encontrava atolado em dívidas. Devido à expansão econômica no período anterior, o governo, impulsionado pelo bom momento do mercado externo, decide por ampliar o volume de financiamentos junto ao capital estrangeiro. Com a I Crise do Petróleo (1973), ocorre estrangulamento do mercado externo, havendo redução no nível de investimentos na economia nacional devido ao aumento da inflação e a desconfiança gerada pelo alto nível de endividamento sob as contas nacionais, assim há estagnação no crescimento que vinha tomando curso no país. Neste período o principal problema do Brasil em si passa a ser o pagamento de juros da dívida. Com o aumento da dívida o país passa a contrair empréstimos para pagar a elevada taxa de juros da dívida, entrando em uma situação de contrair empréstimos para pagar empréstimos. Em 1977 há uma melhora na situação internacional, e o país vê uma amenização em sua balança comercial, porém o nível do endividamento persiste, e o país se vê preso ao pagamento dos juros da dívida.

Em 1979 ocorreu uma nova crise mundial, originada pelo II Choque Internacional do Petróleo. Neste período, os Estados Unidos, em resposta a política de retenção de barris de petróleo vinda dos países membros da OPEP resolve por realizar uma política monetária que buscava a valorização do dólar, a fim de se manter imune a crise e se reafirmar perante a economia internacional. Com a apreciação do dólar os países do primeiro mundo resolvem por reter seus investimentos em países em desenvolvimento, isto acarreta em uma nova redução de investimentos na economia brasileira. Além disso, a elevação do valor do dólar também gera aumento dos juros da dívida, chegando a 9,12 bilhões. Como resposta o governo Geisel decide por realizar uma política de reequilibrar a balança de pagamentos, realizando uma desvalorização ainda maior da moeda, a fim de atrair investimentos estrangeiros, e controlar o volume de importações restringindo o crescimento industrial na esfera privada, e centralizando a nas empresas estatais, a fim de organizar um processo de substituição de importações e contenção de gastos. A desvalorização da moeda nacional agravou ainda mais o quadro da vida pública, e as empresas nacionais (estatais) tiveram severa queda neste momento. Como a dívida pública anteriormente havia sido impulsionado pelos empréstimos contraídos pelas empresas estatais, o governo enfrentava um problema de endividamento que paralisava sua gestão. Assim o governo decide financiar a dívida através da emissão de títulos da dívida pública, sendo estas vendidas a investidores do mercado de capitais. (RINALDI, 2013)

Devido ao agravamento da crise nacional em 1982 o FMI a fim de solucionar os problemas envolvendo a dívida brasileira, reúne os credores para cobrar mudanças na gestão econômica do governo brasileiro, afim do país se tornar habilitado ao pagamento de seus encargos financeiros. Com isso são tomadas medidas de diminuição das importações e expansão das exportações. O país agora passa a contar empréstimos junto a seus credores, a fim de pagar as dívidas contraídas anteriormente. Com isso o país definitivamente entra no modelo idealizado pelo Banco Mundial, onde países de terceiro mundo teriam que diminuir seus esforços de realização de um desenvolvimento e industrial, a fim de reduzir os gastos públicos e conter o aumento da inflação, afim de torna-se capaz de quitar os compromissos estabelecidos com os credores estrangeiros.

5 CONCLUSÃO

Analisando-se os planos nacionais de desenvolvimento industrial da Coreia do Sul e do Brasil no século passado conclui-se que estes obtiveram resultados diferentes, apesar de ambos contarem forte presença do estado no planejamento central, a estratégia adotada pela Coreia do Sul com muito mais sucesso o desenvolvimento industrial em seu país, devido, entre outros fatores ao maior nível de integração, ao elevado nível de poupança interna e a abertura econômica. O modelo brasileiro, que consistia na substituição de importações, apresentou dificuldades, primeiro devido ao aumento da produção durante o período do milagre econômico em decorrência do boom econômico proporcionado pelo bom momento da economia internacional. Devido ao bom momento econômico há um crescimento da economia nacional, que gera um aumento da demanda interna por produtos disponíveis no mercado interno.

Com a crise internacional do petróleo, os países desenvolvidos optam por aderir a políticas recessivas, valorizando suas moedas e tornando as moedas dos países em desenvolvimento ainda mais desvalorizada frente as moedas estrangeiras. Apesar disso, o volume de exportações no Brasil diminuiu, gerando desequilíbrio na balança comercial, assim como o número de importações de bens de capital também caiu devido ao seu alto custo.

O fato de o desenvolvimento industrial no país ter o ocorrido sem que o setor de bens de capital necessários à produção também se desenvolvesse acentuou a crise, levando a queda na produção nacional, gerando recessão. Assim, para dar prosseguimento ao crescimento econômico o governo toma empréstimos junto a entidades financeiras, afim de expandir o aparato produtivo nacional. O planejamento econômico era centralizado, e as empresas estatais eram os principais motores do desenvolvimento industrial no país. Assim o governo tomou um grande número de empréstimos bancários no período, o que agravou o quadro de endividamento no país. Devido à crise, o governo optou por recorrer ao FMI, que intercedeu pelo país junto aos credores estrangeiros. Foi então realizado um acordo no qual o país tomaria financiamentos dos mesmos bancos para pagar os empréstimos, além de que faria políticas recessivas na economia, freiam a expansão da produção industrial.

No caso da Coreia do Sul, houve de fato planejamento central, o que contrapõe a hipótese liberal de que o país teria se desenvolvido através apenas da abertura para o comércio internacional e do livre mercado. Porém, diferente do modelo brasileiro, a industrialização sul-coreana não se desenvolveu focalizada no mercado interno, ainda que num primeiro momento este tenha sido o objetivo; mas sim ao mercado externo. Assim o governo sul-coreano reuniu os grupos de empresários, denominados Chaebols, e realizou uma série de políticas que se estenderam da década de 60 até meados da década de 80, tendo como objetivo o desenvolvimento industrial do país, ampliando a estrutura de logística, incentivando a poupança interna, realizando políticas que criavam um espaço institucional para o desenvolvimento industrial, dando políticas de incentivo aos empresários, e abrindo as fronteiras para a competição das empresas nacionais no mercado internacional.

A respeito da abertura, esta possibilitou a entrada de elevado capital externo, o que, junto a poupança interna serviu para dinamizar ainda mais a economia no período em a industrialização começava a se tornar mais complexa. O investimento em educação, que vinha desde o período de domínio japonês, foi essencial no sentido de que possibilitou o preenchimento da demanda por profissionais especializados a medida que a indústria se tornava mais sofisticada. É importante ressaltar que a abertura de mercado ao capital estrangeiro só se deu depois um golpe de estado em que o ditador Park Chung Hee foi morto. Porém mesmo durante o período do regime, o foco da industrialização foi desde o início o desenvolvimento afim de concorrer dentro do mercado internacional. Isso possibilitou ao governo e às empresas criar um planejamento direcionado a preparar as indústrias coreanas a esta competição, trabalhando em conjunto a instituições de pesquisa, afim de garantir ao país autonomia na produção e depois exportá-la no mercado exterior. Enquanto no Brasil a industrialização não chegou sequer a produção de bens de capital, a coreana avançou a bens de alta tecnologia, como televisores, computadores e celulares.

Além do mais, a ideia de que a produção direcionada ao mercado interno tornaria a economia do país prospera o levando a o quadro de nação desenvolvida encontra dificuldades, devido ao fato de que no período que sucede uma crise o tempo de recuperação é lento, visto que a queda da demanda interna dificulta ao país o processo de retomada das atividades industriais. E perca de divisas neste tipo de plano é latente, o que torna ao governo necessário a obtenção de grandes valores de empréstimos, assim como a emissão de títulos de dívida em elevada quantidade.

A ideia do Estado-Empresário, também ocorreu de fato em ambos os países, contudo com algumas diferenças. Na Coreia do Sul o governo tomou parte dos direitos legais sobre bancos, e os utilizou para propiciar financiamentos às empresas estratégicas. Algumas empresas sul-coreanas também eram estatais. Porém o foco do desenvolvimento era dado às empresas privadas, sendo estas, em conjunto com o governo, as responsáveis pelo desenvolvimento industrial. As empresas privadas, preocupadas com sua sobrevivência frente ao mercado estrangeiro, tendo a otimizar recursos, assim como investir constantemente na expansão de sua estrutura produtiva.

No Brasil o grande motor do desenvolvimento eram as indústrias estatais, que orientavam boa parte do setor industrial agregado no período. As estatais além de servirem para o crescimento industrial, também eram utilizadas pelo governo para realizar políticas monetárias, aumentando e diminuindo preços afim de controlar o índice de inflação no país. Este fato mostra o quanto estas empresas comandavam a economia neste momento. Assim, devido a esta dependência, o crescimento industrial ficou retido à ação do próprio governo, o que limitou o processo de industrialização no país. No período das duas crises do petróleo, o governo tomou uma série de empréstimos afim de suprir as necessidades destas empresas. Esse modelo de industrialização foi o responsável pelo salto da dívida externa do país, situação vivida pelo país até os dias de hoje.

O fato de Coreia do Sul, apenas ter se aberto definitivamente à entrada de capital estrangeiro no país em meados dos anos oitenta, também teve grande importância no desenvolvimento do país, visto que com todo o aparato industrial já instituído, não foram necessários elevados níveis de financiamentos vindo do exterior para suprir demandas nacionais.

A respeito da relação entre o governo da Coreia do Sul e os chaebols, o governo de fato conseguiu alinhar esses grupos a uma operação conjunta, que alavancaria o crescimento econômico e autonomia do mercado interno. No Brasil o regime não conseguiu o apoio dos empresários, e o projeto de desenvolvimento não obteve sucesso.

Com a posterior abertura comercial, onde ambos os países aceitaram os termos do consenso de Washington, o quadro econômico dos países mudou. O Brasil passou a seguir a direção proposta pelo FMI e pelo Banco Mundial, utilizando políticas recessivas, e reduzindo o valor de sua moeda frente ao dólar, afim de garantir a entrada de investimentos no país, sendo este o meio pelo qual o país se industrializaria o

endividamento se tornou algo frequente no país visto a grande necessidade de recursos para a realização de gastos públicos. A política nacional passa a ser orientada em função dos organismos internacionais credores nas contas públicas nacionais, que influenciam o país a recorrer a austeridade, e a abrir cada vez mais sua economia, tornando a economia nacional dependente das multinacionais. Já a Coreia do Sul, com um aparato industrial já desenvolvido durante anos, teve no aumento da entrada de investimento externo apenas um aditivo a sua economia já bem estabelecida.

Assim se distinguem Brasil e Coreia do Sul, tendo sido governados por governos centralizadores os países se diferenciam quanto ao destino da produção, assim como na organização do processo internamente, sendo uma estratégia dependente de financiamento externo e da produção para o consumo interno; e outra inicialmente baseada na poupança interna e com produção direcionada ao mercado internacional. Os diferentes resultados entre os países que favorecem a Coreia do Sul, são um indicativo de que o SNI possui de fato muitas virtudes em relação a construção de um ambiente industrial desenvolvido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORBA, G. L. (2016). O Processo de Desenvolvimento do Brasil e da Coreia do Sul por meio das instituições e seus respectivos bancos de fomento. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico. Relações Internacionais, Florianópolis.

BRAGA, C. S. B. (2008). O crescimento da dívida externa e as mudanças no processo industrial sob o enfoque do II PND. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal da Bahia.

BRUM, A. J. (1999). O Desenvolvimento Econômico Brasileiro. 20 ed. Petrópolis – RJ: Vozes.

BULMER-THOMAS, V. (1998). A história econômica da América Latina desde a Independência. Cidade México: Fondo de Cultura económica.

CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. P. (1985). *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CHANG, H-J. (2004). *Chutando a Escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP.

DALL'ACQUA, F. (1991). Crescimento e estabilização na Coreia do Sul, 1950-86. *Revista Brasileira de Economia*, 45(1).

- de COUTO; ANTUNES Jr, J. A. V. (2013). Sistema Nacional de Inovação: uma análise qualitativa de publicações do site Web of Knowledge. *Revista Estudo & Debate*, 20 (2).
- DO LAGO, L. (1989). Capítulo 10: A Retomada do Crescimento e as Distorções do “milagre”: 1967 – 1973. In: ABREU, M. P. (org.). *A ordem do progresso – Cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Ed. Campus.
- DYMSKI, G. A. “Economia de bolha” e crise financeira no Leste Asiático e na Califórnia: uma perspectiva espacializada de Minsky. *Economia e Sociedade*, Campinas, n.11, p.73-136, dez. 1998.
- FREEMAN, C.; PEREZ, C. (1988). Structural crises of adjustment business, cycles and investment behaviour. In: DOSI, G. et al. (Ed.). *Technical change and economic theory*. London: Pinter Publishers, 1988.
- FURTADO, C. (1997). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional.
- GREMAUD, A. P., Vasconcellos, M. A., & Toneto Jr, R. (2005). *Economia Brasileira Contemporânea* (6º Edição ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A.
- HOLANDA, N. (1983). *Planejamento e Projetos*. 2ª edição, Rio de Janeiro.
- MASIERO, G. (2002). A economia coreana: características estruturais. In: GUIMARÃES, S. P. (Org.). *Coreia: visões brasileiras*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.
- MATOS, P. O. (2002). Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND, Dissertação de Mestrado ESALQ/USP.
- MATTEI, L.; SANTOS Jr., J. A. (2009). Industrialização e Substituição de Importações no Brasil e na Argentina: Uma Análise Histórica Comparada. *Revista de Economia*, 35 (1).
- MEDEIROS, C., SERRANO, F. (1999). *Padrões monetários internacionais e crescimento*. In: FIORI, J. Estados e moedas. Rio de Janeiro: Vozes.
- OLIVEIRA, A. P. (1993). Coréia do Sul e Taiwan enfrentam o desafio da industrialização tardia. *Estudos Avançados*, 7 (17).
- PREBISCH, R. (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, 3(3).
- RINALDI, A. M. (2013). Os impactos do II PND na estrutura produtiva do Brasil e na dívida externa. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Economia, Rio de Janeiro.
- TAVARES, M. C. (1972). *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar. (Ensaio sobre Economia Brasileira).

TAVARES, M. C. (1999). *Império, território e dinheiro*. In: FIORI, José Luis. Estado e Moedas no desenvolvimento das nações, Petrópolis, Vozes, 1999.

SCHUMPETER, J. A. (1982). *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1982 (Os Economistas) (Edição original: 1911).

VELLOSO, J. P. R. *O Último Trem para Paris*. RJ, José Olympio Editora, 1986.